

**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



Assessoria de nós: um trabalho de muitas mãos

Juliana Oliveira Hermsdorf

Universidade Federal de Pernambuco/UFPE

Keylane Dias

Universidade Federal da Bahia/UFBA

Victor Ferreira

Universidade Federal da Bahia/UFBA

Sessão Temática 09: ATHIS e Extensão em PUR: relatos de experiência

Este artigo reflete sobre os processos e desdobramentos relacionados à nossa atuação como grupo de Assessoria Técnica junto à Ocupação Quilombo Guerreira Dandara desde o ano de 2021 até o momento presente. O Quilombo está vinculado ao Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) e fica localizado no bairro de Cassange em Salvador, Bahia. A experiência relatada neste artigo teve início através da extensão na pós-graduação da Universidade Federal da Bahia no curso de Especialização para Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade (Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia) dentro do contexto da pandemia de Covid-19. Mais do que apresentar os resultados, nos interessa cruzar nossa atuação com temas particulares do próprio campo e compartilhar não só o processo de construção do trabalho, mas seus desdobramentos e perspectivas para atuação profissional a partir da nossa experiência.

Palavras-chave. Assessoria Técnica; Residência AU+E; Pandemia; Extensão Universitária.

Nodes Assistance: a work of many hands

This article reflects on the processes and developments related to our work as a Technical Assistance group with the Quilombo Guerreira Dandara Occupation from 2021 to the present. Quilombo is linked to the Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) and is located in the neighborhood of Cassange in Salvador, Bahia. The experience reported in this article began with the postgraduate extension at the Federal University of Bahia in the Specialization course for Technical Assistance in Housing and Right to the City (Residency in Architecture, Urbanism and Engineering) within the context of the Covid-19 pandemic. More than presenting the results, we are interested in cross-referencing our work with particular themes from the field itself and sharing not only the process of building the work, but its developments and perspectives for professional performance based on our experience

Keywords: Technical assistance; AU+E Residence; Pandemic; University Extension.

Asistencia en nudos: un trabajo de muchas manos

Este artículo reflexiona sobre los procesos y desarrollos relacionados con nuestro trabajo como grupo de Asistencia Técnica con la Ocupación Quilombo Guerreira Dandara desde 2021 hasta el presente. O Quilombo está vinculado al Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) y está ubicado en el barrio de Cassange en Salvador, Bahia. La experiencia relatada en este artículo comenzó con la extensión del posgrado en la Universidad Federal de Bahía en el curso de Especialización en Asistencia Técnica en Vivienda y Derecho a la Ciudad (Residencia en Arquitectura, Urbanismo e Ingeniería) en el contexto de la pandemia de Covid-19. . Más que presentar los resultados, nos interesa cruzar nuestro trabajo con temáticas particulares del propio campo y

compartir no sólo el proceso de construcción del trabajo, sino sus desarrollos y perspectivas de actuación profesional a partir de nuestra experiencia

Palabras clave: Asistencia Técnica; Residência AU+E; Pandemia; Extensión Universitária.

1. Introdução

A luta por cidades mais justas e igualitárias vêm fazendo história há bons anos. Mais do que a inserção e produção de objetos técnicos, a produção da política urbana e do espaço urbano é permeada por conflitos e disputas entre os mais diferentes agentes. Como protagonistas dessa luta, os movimentos sociais de luta pela moradia têm feito a pauta permear os mais diferentes espaços e também conquistado importantes vitórias.

Como exemplo, é possível citar o final da década de 1970 no Brasil que foi marcada pela ascensão desses movimentos sociais urbanos. Sob a bandeira do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR), lograram - depois de muita luta e negociação com setores conservadores - um êxito parcial em incluir na Constituição de 1988 dois artigos dedicados à política urbana, o 182 e 183. Posteriormente, conquistamos o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), que regulamenta os instrumentos de política urbana da Constituição Federal de 1988, e a Lei Federal 11.888/2008, que versa sobre Assistência Técnica Pública e Gratuita, assegurando à famílias de baixa renda o direito à profissionais qualificados para projetos e construções de habitações de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia.

Essa última trata de outro grupo de agentes da produção do espaço urbano: os profissionais dos campos da arquitetura, urbanismo e engenharia. Tais profissionais - somando-se também outros de diferentes áreas de atuação - têm feito historicamente uma importante contribuição na construção do campo da assessoria e assistência técnica desde antes da criação da lei em 2008. No entanto, um alcance expressivo e contínuo dessa atuação tem sido limitado pela dependência do desenvolvimento, aplicação e continuidade de políticas públicas.

A despeito disso, pautamos aqui a extensão universitária como um valioso espaço para a prática continuada no campo da assistência e assessoria técnica. Um espaço que além de possibilitar a prática junto a comunidades organizadas e movimentos sociais também constitui um ciclo de formação nas graduações e pós-graduações das áreas de interesse. Apesar desse potencial, ainda são poucas as práticas e iniciativas que compõem o campo da ATHIS nos currículos das faculdades e, mais raras ainda, são as práticas que experimentam ações extensionistas junto a comunidades.

Nesse sentido, o presente artigo pretende tecer reflexões sobre a nossa experiência como assessores a partir de um processo de formação no curso de Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, também conhecido como Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E), da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Através desse espaço, construímos durante os anos de 2021 e 2022 uma atuação junto à ocupação Quilombo Guerreira Dandara que está localizada no bairro de Cassange, na cidade de Salvador/BA. Mais do que apresentar os resultados, nos interessa cruzar nossa atuação com temas particulares do próprio campo e compartilhar não só o processo de construção do trabalho, mas seus desdobramentos e perspectivas para atuação profissional a partir da nossa experiência.

Acreditamos poder contribuir com perspectivas que possam compor a agenda do campo de atuação dos profissionais dedicados à Assistência e Assessoria Técnica. Neste artigo também traçaremos convergências com a extensão universitária, de onde acreditamos poder criar conexões para serem estabelecidas com outros agentes e setores da sociedade, de maneira que se possa construir uma prática cada vez mais dinâmica e adaptável a diferentes contextos.

2. Assim pautamos o nosso trabalho de Assessoria Técnica

2.1 ATHIS como Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social: uma escolha política

A interpretação da Lei de Assistência Técnica pode ultrapassar as fronteiras do projeto arquitetônico em si, indo além do que está estabelecido, conectando o universo do social aliado ao conhecimento técnico frente à superação dos desafios que se apresentam atualmente em nossas cidades, de forma resiliente e propositiva. Apesar de concentrar grande parte de sua aplicação na concepção de habitações, a lei também abrange em seus termos os trabalhos de formalização e regularização da edificação e/ou área assistida frente aos órgãos públicos, além da qualificação da ocupação do sítio urbano em consonância com a legislação urbanística e ambiental (Lei Federal 11.888/2008). Logo, a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), é fundamentada no direito social à moradia, conforme expresso na Constituição Federal, na busca pelo direito à cidade.

[...] direito coletivo de imaginar e produzir a cidade: “direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, [1968] 2001 apud KAPP, 2018, p.223).

É preciso que se entenda a grande gama profissional da atuação em ATHIS, seja ela direcionada tanto a indivíduos quanto a grupos sócio-espaciais¹ e que descentralizar suas atividades da unidade habitacional talvez seja uma hipótese de aproximá-la ainda mais aos seus objetivos nos aspectos sociais. O arquiteto e urbanista Clóvis Ingelfritz, criador do primeiro programa de Assistência Técnica, em Porto Alegre, e autor da lei aqui em pauta, reitera que “o objetivo não deve ser produzir apenas unidades habitacionais, mas sim produzir cidades através da habitação e não apesar dela”. Para Demartini, é necessário superar o roteiro voltado somente a problemas de ordem técnico-construtiva:

É necessário que a população, o poder público e as equipes técnicas envolvidas na implementação da política pública habitacional, voltem-se conjuntamente para questões mais abrangentes inseridas no contexto da moradia popular, de modo que o “habitar” não seja reduzido apenas à unidade habitacional – uma vez que o “habitar” relaciona-se à ação participante e ao direito à cidade [...]. (DEMARTINI, 2016, p.103).

Hoje, temos uma multiplicidade de entendimentos e práticas em torno do trabalho em ATHIS, discutido tanto na área profissional, quanto acadêmica. As contradições dentro dessa profissão se expõem pela variada gama de atuações, destinando-se a uma dificuldade de definição e como essa prática deve se consolidar. Dentro deste campo, temos uma discussão ampla sobre dois distintos termos: assistência técnica e assessoria técnica. Ambos convergem no que diz respeito a se fundamentarem na conquista dos direitos constitucionais e

no fortalecimento da luta por direito à cidade, porém se mostram como atuações distintas (e muitas vezes complementares) uma da outra. O que aqui discorreremos é que mais do que uma disputa pelos sentidos entre os termos “assessoria” e “assistência”, são escolhas políticas e técnicas de atuação.

A difusão do termo Assistência Técnica se deu pela própria lei federal, sendo que esta (Lei Federal 11.888/2008) foi concebida inspirada no Sistema Único de Saúde (SUS). Isso implicou numa série de questões que acabam por afastar a assistência em si à uma busca de autonomia do grupo assistido. Pela Lei 11.888/2008,

O direito à assistência técnica (...) abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação (BRASIL, 2008).

Assim, o trabalho de assistência se apresenta em um caráter mais técnico - de projeto e construção da edificação - e isso acaba por esbarrar em questões de assistencialismos, clientelismos, e até mesmo trazendo um viés mercadológico à profissão, já que se alinha à ideologias da “condição humana como condição de dependência de bens e serviços” (ILLICH, 1990, p.2). Para Kapp (2018)

(...) assistência conota uma adesão acrítica ao pressuposto da inferioridade social dos assistidos, esbarrando no assistencialismo e na filantropia, enquanto assessoria condiz mais com uma perspectiva crítica dessas relações de dominação. A razão é histórica, não teórica ou etimológica: se o Estado prefere o termo assistência, os movimentos populares que em alguma medida realizam ou almejam a autogestão têm preferido o termo assessoria (KAPP, 2018, p. 222).

A Assessoria Técnica nasce em situação de forte articulação com movimentos sociais de luta por moradia, constituindo-se uma prática politicamente crítica à própria posição dos profissionais e grupos sócio-espaciais frente ao trabalho desenvolvido. Inclusive, por ter ligação com movimentos desde seu berço, essa atuação é constantemente colocada em campos partidários, invisibilizando seus principais atributos. Destes, podemos citar sua ampla abordagem em diferentes campos do conhecimento - apesar da predominância de arquitetos e urbanistas a assessoria é uma construção coletiva de diversas profissões; e também do engajamento dos assessores no questionamento e busca por outras formas de atuação.

As características ou diretrizes que atribuímos à assessoria são, fundamentalmente: uma assimetria assumida entre técnicos e assessorados em vez de uma pretensa simetria; a abertura para algum ganho de autonomia, individual e coletiva, em vez da criação de novas dependências; a ampliação do imaginário acerca do espaço e de sua produção em vez da adesão a pressupostos abstratos e soluções técnicas que ainda desqualificam conhecimentos e práticas dos assessorados; e a rearticulação de uma esfera pública, diferente tanto da esfera privada, quanto da esfera social (Arendt, 2011), ou, em outros termos, uma retomada do político (Pogrebinski, 1999) (BALTAZAR; KAPP, 2016, p. 5).

Logo, a assessoria visa fortalecer a autonomia dos assessorados e empoderar a transformação social na relação entre as pessoas e o espaço que elas constroem (e as constrói, inversa e dialeticamente), potencializando seus feitos e ideias, além de entender e reafirmar o grupo assessorado como agente político, contrapartindo da imposição conceitos e noções pré-destinadas por hegemonia e/ou assistencialismos. Ou seja, esse ofício se propõe a construir

meios para que essas pessoas tenham abertura para sua própria autonomia ao entender e conseguir problematizar o seu entorno.

Baltazar e Kapp (2016) chamam atenção para que, quando se afasta alguém do conhecimento, ou melhor, da fala na troca de conhecimentos, seja por imposição ou hierarquia, se acometem a um processo violento que impede que as pessoas saibam o que querem e o que podem querer, se deixam seguir num lugar de passividade às vontades do outro. Assesores técnicos firmam o compromisso em buscar equidade no peso dos conhecimentos envolvidos nas suas atividades, além da difusão de expertise e saberes técnicos e populares. Uma relação sem dominação, ainda que assimétrica, visto que socialmente sempre ocuparemos (nós, técnicos e pesquisadores) uma posição privilegiada frente aos assessorados - que “socialmente, ocupam um lugar pior”(KAPP, 2018, p. 222) - o que sempre causará lacunas no convívio e nos contatos, em maiores e menores graus. O horizonte é que o grupo se torne autogestionário: deteria “os saberes e o controle [...] sobre as condições da sua existência e da sua sobrevivência em meio à mudança” (LEFEBVRE, [1990] 2003, p. 252).

Após essa pequena explanação, salientamos que nossa intenção aqui não é difamar uma frente a outra, até porque ambas representam uma tentativa real de “democratização das políticas públicas habitacionais e a contraposição a um modelo hegemônico de privatização e mercadificação do espaço público” (SILVA, 2017, p.40). Há urgências de situações em que a assistência técnica é de extrema necessidade, até porque estamos falando sobre sobrevivência e dignidade. Com todas as virtudes e deficiências de cada uma das duas, o ponto central desse tópico é: neste trabalho que será aqui relatado escolhemos crítica e politicamente trabalhar com a assessoria técnica em arquitetura, urbanismo e planejamento. Tivemos tempo e planejamento para tal, como verão no decorrer deste artigo, mas nem sempre essa é a realidade.

Além da busca por emancipação (FREIRE, 1997) e autonomia do grupo assessorado, essa escolha política se deu por tópicos que aqui gostaríamos de explicar: 1) Nos propomos e estudamos fazer um trabalho coletivo e colaborativo com os assessorados, “através da reflexão e da práxis em cada uma das famílias inseridas neste contexto e não de forma pragmática. Não transformando, a própria mobilização, num elemento também precário” (SILVA, 2017, p.50); 2) Busca por um outro tipo de atuação profissional que seja mais humanizada, construtiva e democrática; 3) Dentro desse labor, produzir soluções criativas e de maior qualidade do que as padronizadas, em consonância com os saberes dos assessorados; 4) Coletivizar informações técnicas e mesclá-las aos saberes da vivência de cada sujeito presente nas ações de assessoria; 5) E sobretudo, o respeito ao indivíduo, ao grupo sócio-espacial, ao tempo de cada um, aos trabalhadores dos canteiros propostos e, por fim, às falas e trocas: a assessoria é intervenção dialógica e sensível.

2.2 A escassez de políticas públicas e as práticas da extensão universitária

A função da Arquitetura e Urbanismo tem intrínseca nela questões sociais e políticas (FERRO, 2010) que compreendem seus muitos campos de atuação. Porém, muitas vezes há separação entre a realidade social e o fazer arquitetônico e urbanístico. Essa característica tem entre suas partes fundadoras o ensino em arquitetura e urbanismo nas universidades, que por sua vez influencia e é influenciado pelas formas de atuação do profissional.

Sobre a atuação profissional uma importante pesquisa divulgada esse ano de 2022 pelo CAU/BR em parceria com o Instituto Datafolha expõe que no Brasil apenas 18% dos brasileiros que já construíram ou reformaram contratou os serviços de arquitetos e/ou engenheiros. Destes 18%, grande parte são de classes mais altas, e ficou demonstrado que dos 82% que nunca utilizaram esses serviços, tem como principal motivo a questão financeira, e por isso boa parte optou pela contratação de outros profissionais como pedreiros ou mestres de obras (CAU/BR, 2022). Os dados dessa pesquisa apontam para uma realidade em que há uma ausência de profissionais que atendam a demanda habitacional de baixa renda.

Essa demanda de atenção profissional para a população pobre é justamente a mais crescente no Brasil e no mundo. Soluções práticas, sustentáveis, de qualidade e baixo custo para assentamentos humanos crescem em níveis exponenciais (MARICATO, 2015), o que deveria impactar diretamente o ensino de Arquitetura e Urbanismo assim como orientar políticas públicas que se propõem a enfrentar esse tema.

No entanto, no que tange o ensino de Arquitetura e Urbanismo, ainda prevalece uma ideia forte na formação em torno da figura do arquiteto autoral “de sucesso”. Um ramo que se limita quase exclusivamente ao mercado de alto padrão e que direciona uma prática que “alimenta uma visão mítica do ‘arquiteto autoral’, que pode fazer boa figura nas revistas, sítios eletrônicos ou programas da TV paga especializados.” (SANTO AMORE, 2016, p.7). Mesmo com maior direcionamento para essa formação são poucos os profissionais que acessam essa visibilidade e esses acabam por se isolar como referência em uma posição de destaque. Enquanto isso, como padrão, o conteúdo social é apenas tangenciado, e as experiências projetuais na graduação se focam em programas de grandes equipamentos que, posteriormente, não se revelam como um campo de atuação amplo o suficiente para o exercício profissional.

Já no que tange às políticas públicas, se apresenta um cenário ainda mais preocupante, visto que a última experiência a nível nacional foi através do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades² descontinuado desde o governo Temer em 2017. A partir desse momento o desmonte das políticas públicas progressistas se acentuou por todos os campos, não apenas o habitacional. Ainda assim, cabe aqui reconhecer que nesse período algumas experiências e propostas³ foram formuladas apontando para um caminho possível.

Essas iniciativas têm em comum um caráter de orientação que, apesar de um esforço reflexivo, infelizmente não tem se concretizado por não haver interesse político para encaminhar a pauta. Justamente pela ausência de políticas públicas, os arquitetos têm apostado em experiências buscando abrir caminhos para o campo da assistência técnica através do setor privado. Vista como inovadoras, iniciativas “negociais”⁴ influenciam profissionais que aspiram trabalhar com ATHIS. (ALMEIDA; CARDOSO, 2019). No entanto, enquanto grupo que atua pela assessoria técnica nos termos definidos anteriormente, nós acreditamos que a viabilização desse campo passa necessariamente por uma atuação sistêmica que envolva profissionais de diversas áreas de conhecimento, instituições públicas e grupos sócio-espaciais⁵, assim como necessariamente componha um debate relacionado ao direito à cidade e à moradia digna, por ser pública e gratuita e abranger um setor de famílias mais pobres. Essas características não são contempladas pela atuação que se constrói nas lógicas do mercado, tendo o setor privado o objetivo final de buscar o lucro, acaba por restringir as possibilidades de atuação dos arquitetos que se propõem a oferecer

seus serviços técnicos para famílias de baixa renda. Logo, com o trabalho comprometido, acontece das famílias assistidas por vezes não alcançarem nem a etapa de obra, se limitando a receber apenas o projeto, em alguns casos sem nenhuma relação com o território (ALMEIDA; CARDOSO, 2019).

Tendo em perspectiva que hoje essa é a realidade das políticas públicas e das práticas do setor privado é importante reforçar o papel da universidade e sobretudo da extensão universitária nesse contexto. A extensão começou a ter maior notoriedade a partir da década de 1960, em um processo de desenvolvimento das experiências que surgiam das próprias universidades e ganharam grande repercussão, com importante protagonismo das organizações estudantis como a União Nacional dos Estudantes - UNE (CARNEIRO, 2021). Posteriormente, a partir da criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) é definido o conceito da extensão, de forma mais conectada ao papel que ela realmente cumpre, que não corresponde apenas a estender conhecimento, mas sim “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.” (FORPROEX, 2012).

A partir da definição desses termos é possível apontar a extensão universitária como um caminho viável para experiências de assessoria e assistência técnica. Não só pelo caráter de ‘interação transformadora’ mas também pela característica do ambiente universitário onde se concentra a produção de conhecimento em diversos campos, além do acesso a uma infraestrutura com potencial em contribuir de diversas maneiras nas experiências práticas. Nesse meio, quando existe um esforço de superar a fragmentação do conhecimento e a excessiva especialização, é possível viabilizar experiências práticas com a sociedade que permitam trocas de saberes entre diversos conhecimentos, encarando a realidade complexa - de caráter relacional e interconectado - do mundo atual.

Para tanto não existe um modelo único e nem um forma ideal que pretenda enquadrar as experiências de ATHIS a partir da extensão universitária. No entanto, é possível reconhecer categorias das ações de extensão que tornam essas e outras experiências viáveis. Podendo ser a partir de impulsos externos à universidade, onde agentes mobilizam financiamentos próprios, ou ainda a partir dos interesses recíprocos entre setores da universidade e da sociedade. Essa forma, que segundo Carneiro, se divide em três:

a primeira seria o que denominamos ação extensionista direta, que se ramifica em uma infinidade de atividades de extensão tocadas por professores, estudantes e técnicos, e ocorrem sem financiamento específico e a partir do uso da estrutura universitária; a segunda forma seria o que denominamos financiamento interno, que se caracteriza pelo direcionamento de recursos do orçamento de cada universidade para a viabilização de projetos de extensão, a partir, principalmente, das pró-reitorias de extensão, mas também de outras unidades das universidades; já a terceira ocorre a partir do financiamento de políticas públicas específicas, com destino de recursos definidos a partir de editais nacionais, que selecionam projetos idealizados pelas próprias universidades em diálogo com setores da sociedade (CARNEIRO, 2021, p. 152).

A partir da autogestão estudantil ou da iniciativa de docentes, na graduação e na pós, diversos formatos têm sido experimentados explorando as categorias apresentadas acima. Um dos maiores desafios dessa atuação a partir da universidade, no entanto, é a garantia da continuidade. Considerando que os estudantes - agentes centrais - são constantemente renovados por estarem

inseridos em um contexto de formação, se tem como característica as mudanças cíclicas em diversos aspectos por particularidade de cada grupo discente envolvido. Nesse sentido, cabe aqui destacar as experiências dos Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo - EMAU⁶ e das Residências Acadêmicas⁷. Ambas têm conquistado certa continuidade de atuação e, além disso, têm alcançado uma abrangência pelo território nacional, se adaptando aos diversos contextos em que estão inseridos. Importante destacar que no texto da Lei da Assistência Técnica essas duas formas de extensão são citadas no artigo 4º, que trata justamente das formas de atuação profissional em ATHIS.

Infelizmente, há um desequilíbrio histórico presente no que se refere aos recursos, ações e tempo dedicados ao conhecido tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão) (CARNEIRO, 2021). Tanto nas universidades públicas quanto privadas a extensão tem recebido uma dedicação bastante residual, o que acaba por limitar as possibilidades de experimentação não só no campo da assistência e assessoria técnica mas em grande parte das interações entre universidade e outros setores da sociedade. Para compensar esse desequilíbrio, através da resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, o Ministério da Educação (MEC) estabelece diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira. Nesse sentido, em seu artigo 4º a resolução define que “As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (MEC, 2018). Apesar de não termos ainda a exata dimensão prática do que dispõe a resolução, acreditamos que o texto vai de encontro com a necessária valorização e incentivo às práticas extensionistas. Esperamos que como reflexo direto ocorra maior integração das atividades de extensão com a matriz curricular e a organização de pesquisas. Isso que, por sua vez, pode ampliar o interesse e sobretudo a produção em torno da assistência e assessoria técnica enquanto ações de extensão a partir das universidades.

3. Residência e a COVID-19: assessoria técnica como serviço essencial

Com respaldo na Lei Federal 11.888/2008, a Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E) é um curso lato sensu de Especialização para Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade que está inserido dentro do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Sua intenção é viabilizar “capacitação profissional e cidadã, com desdobramentos práticos na elaboração de projetos participativos, em diferentes escalas de abrangência e articulações sociais, visando a implementação dos projetos elaborados, com possibilidades efetivas na promoção do direito à arquitetura, como base do direito à cidade” (GORDILHO, 2016, p. 12).

O grupo de residentes é formado por profissionais de diferentes áreas de atuação, sendo indicada a composição pluridisciplinar das equipes para o trabalho nos territórios populares. É característica do curso que seja dedicada uma carga horária maior para o desenvolvimento das atividades práticas do que para as atividades teóricas, de forma semelhante às residências médicas. O trabalho apresentado à banca ao fim da especialização é um produto coletivo, fruto de uma intensa articulação com os moradores e lideranças comunitárias:

Nessa proposta pedagógica de aprimoramento coletivo, viabiliza-se a aproximação da educação formal pluridisciplinar às práticas de produção da cidade e ao saber popular. Envolve para isso não apenas a participação de

lideranças comunitárias, como também demais moradores participantes, de idades variadas, criando-se oportunidades educativas que lhes permitam exercer o papel de protagonista nas definições das melhorias necessárias ao seu ambiente de viver, fortalecendo o sentido de urbanidade (GORDILHO, 2016, p. 15).

A quarta edição da RAU+E - contexto em que foi iniciado o nosso trabalho de Assessoria Técnica junto à ocupação Quilombo Guerreira Dandara - teve início em março de 2020, poucos dias antes de ter sido decretado estado de lockdown na cidade de Salvador devido à pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19). Desde então, passamos por diversas etapas do período pandêmico indo da desinformação à vacinação.

Até meados de 2021, diversos modos de viver tiveram que ser adaptados para evitar a disseminação do vírus. A possibilidade de uma Assessoria Técnica remota, não cogitada antes da pandemia, passou a ser um dos assuntos que mais conversamos e ouvimos falar no âmbito do curso e em outros fóruns de discussão sobre AT. Após passarmos por um importante momento de adaptação à nova realidade e de informação a respeito do vírus, voltamos a pensar na nossa atuação como assessores junto ao território entendendo que apesar de todas as dificuldades que o contexto pandêmico pudesse proporcionar a nós e aos assessorados, esse era também o momento em que mais precisávamos estar em campo. Atravessar a pandemia não foi fácil para a maioria das pessoas, mas foi especialmente mais difícil para algumas. Não por coincidência, o trabalho da Assessoria Técnica está voltado para a população de quem mais foi tirado durante esse período.

Aspectos sociais, demográficos e epidemiológicos mais a taxa geral de mortalidade da população colocaram o bairro do Cassange, em Salvador, na primeira posição entre os dez bairros da capital mais vulneráveis para a propagação de casos de covid-19. O levantamento é resultado de dados preliminares do novo Índice de Vulnerabilidade Epidêmica (IVE), que tem um intervalo de 0 a 1 ponto. Quanto mais próximo de 1 maior será a vulnerabilidade epidêmica. Cassange tem índice de 0,4197 (NATIVIDADE, 2021).

Nosso primeiro contato com o Quilombo foi em meados do ano de 2020 quando atuamos com o grupo Mobiliza RAU+E⁸ na realização da instalação de Pontos Comunitários de Higiene (PCH) em territórios populares de Salvador, incluídas algumas ocupações do Movimento dos Sem-Teto da Bahia (MSTB). A recepção positiva dos moradores às ações desenvolvidas pelo Mobiliza no período mais crítico da pandemia reforça o fato de que a Assessoria Técnica em Arquitetura e Urbanismo deve ser considerada um serviço essencial, porque corrobora para suprir com as necessidades básicas de um grupo significativo de pessoas.

No início do ano de 2021, após esse contato inicial para instalação do PCH, Sol Guerreira (líder comunitária do Quilombo) entrou em contato conosco via mensagens de Whatsapp trazendo a intenção da construção de um parquinho e também de uma praça com o busto de Zumbi dos Palmares e de Dandara dos Palmares para a ocupação. Após conversar com os professores da Residência sobre a incorporação do Quilombo nas atividades ligadas ao curso, perguntamos a Sol se a ocupação tinha interesse em participar desse processo de Assessoria Técnica ligada à Residência conosco e a partir da sua resposta afirmativa começamos a pensar como seriam os nossos movimentos de aproximação.

Depois de nutrir conversas através de mensagens de Whatsapp e chamadas de vídeo entre o nosso grupo e Sol sobre como iríamos atuar no território, decidimos juntos que esse trabalho de Assessoria Técnica não poderia ser desenvolvido

majoritariamente de forma remota, os entraves eram imensos. Por se valer de uma comunidade de baixa renda, o alcance a dispositivos com acesso à internet era bastante limitado, afastando os assessores dos moradores, das redes, do território e principalmente dos saberes, processos e problemas que são percebidos a partir da vivência, observação e escuta ativa em campo. Também implicou dos primeiros passos da assessoria tomarem muitas direções unilaterais frente aos conflitos do território, já que o único contato que tínhamos era através da liderança Sol. Essa experiência nos fez perceber que, quando considerada, a assessoria técnica remota deve ser pensada em conjunto a uma infraestrutura de rede, equipamentos e educação informática que permita uma participação representativa do grupo assessorado.

Durante a atuação em campo, as medidas protetivas que tomamos foram o uso da máscara, o distanciamento físico e o uso do álcool para higienização das mãos e de objetos. Nas primeiras visitas que fizemos, os moradores costumavam usar máscara para participar das atividades que sugeríamos, mas com o passar do tempo esse hábito foi se perdendo. Ainda que considerássemos que essa situação não fosse boa para a construção de um ambiente seguro contra o vírus, o avanço da vacina nos deixou mais confiantes para continuar fazendo as visitas, não nos eximindo de tomar as medidas protetivas necessárias.

Apesar de inicialmente a Residência não ter nos incentivado a estar presente em campo devido às instruções da Universidade Federal da Bahia (UFBA), nos foi solicitado que enviássemos uma carta que sinalizasse que tínhamos a intenção de atuar presencialmente no território. Em resposta, recebemos informações de como deveria ser a nossa atuação presencial e nos esforçamos ao máximo para cumprir o protocolo que nos foi fornecido.

Como assessores, nós entendemos que a Assessoria e a Assistência Técnica podem ser desenvolvidas também de forma remota, mas que nem toda proposta de trabalho ou território popular serão bem adaptados a essa forma de atuação. Ao longo do curso da RAU+E em que estivemos inseridos, acompanhamos os mais diversos tipos de contexto em que nossos colegas estavam se dedicando ao trabalho da assessoria. Essa experiência tornou ainda mais evidente o quanto cada trabalho de Assessoria e Assistência Técnica é único e deve ser pensado de forma personalizada.

4. Nossa atuação a partir da residência em Dandara

4.1 Quilombo Guerreira Dandara

Foi inseridos no contexto da RAU+E que construímos, ao longo de um ano, um trabalho de assessoria técnica junto à ocupação Quilombo Guerreira Dandara. A ocupação está localizada no bairro de Cassange, na cidade de Salvador, em uma propriedade abandonada há mais de dez anos, segundo relatos dos moradores da vizinhança (Figura 3). Cassange é um bairro periférico, distante dos centros comerciais e empresariais. Apesar do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU da cidade de Salvador reconhecer o bairro como área urbana, tanto a ocupação como seu entorno tem como característica um modo de vida que mais se aproxima de aspectos rurais. Essa aproximação se dá pela própria produção do espaço que é de baixa densidade construtiva, de muita vegetação preservada, de áreas de plantio e criação de animais, assim como também a marcante ausência dos sistemas de infraestrutura urbana como água, saneamento e transporte público.

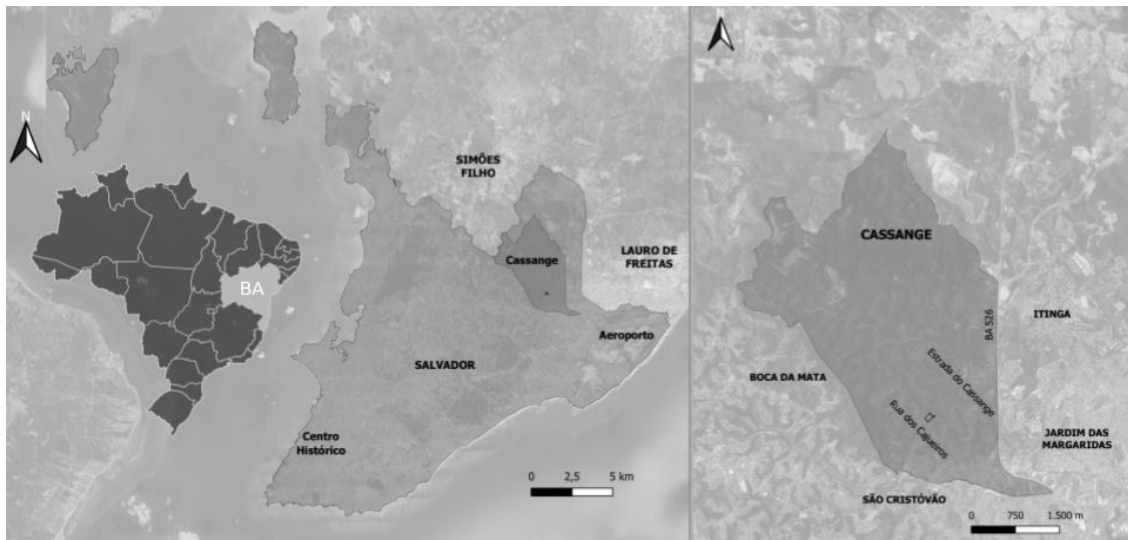


Figura 3: Localização da Ocupação Quilombo Guerreira Dandara. Fonte: Elaborado pelos autores.

A ausência da infraestrutura urbana se apresenta como uma camada capaz de denunciar como a produção do espaço urbano capitalista acontece de forma desigual e violenta. Ao observarmos o entorno imediato da ocupação notamos que as represas de Ipitanga estão localizadas em um raio de 1 km da ocupação, represas essas que são responsáveis por abastecer não só a cidade de Salvador como também as demais cidades da região metropolitana. No entanto, a maior das contradições reside no fato de que mesmo nessa proximidade das represas a ocupação, assim como grande parte do bairro, não tem acesso a rede de abastecimento de água e dependem do fornecimento através de caminhões pipa. Enquanto, por outro lado, bairros nobres da cidade, que estão no extremo oposto da cidade, como a Barra, têm acesso a essa e a outras infraestruturas que nunca chegaram aos arredores da ocupação.

Existe nessa perspectiva uma relação direta com a ideia de racismo ambiental, onde o Estado, através das suas próprias estruturas de poder, privilegia certas áreas da cidade em detrimento de outras.

O termo foi inicialmente cunhado por Benjamin Chavis (1982), significando a discriminação na aplicação e no cumprimento da política ambiental tendo em vista o referencial racial, configurando-se um apartheid ambiental. Com efeito, observa-se uma distribuição desigual para determinados setores da sociedade. (SANTANA-FILHO e ROCHA, 2008)

Iniciada em 2018 a ocupação já esteve vinculada a dois movimentos sociais diferentes, sendo atualmente ligada ao Movimento Sem Teto da Bahia - MSTB. A história da ocupação⁹, marcada entre outras coisas por essa mudança de movimento, demonstra a potência que existe nas relações internas dos moradores e a determinação dos mesmos na gestão do espaço e da luta. Hoje a ocupação conta com aproximadamente 50 pessoas, sendo a principal liderança e articuladora conosco durante o trabalho a Solange Santos, conhecida como Sol Guerreira.

A ocupação é composta por 92% de pessoas não brancas e de maioria feminina. Dados importantes para traçar um paralelo com o debate tensionado pela ocupação desde a escolha pelo nome de 'Quilombo Guerreira Dandara'. Sol explica que a escolha do nome se deu em um contexto em que ela participava de seminários e rodas de conversa organizadas pelo MSTB com lideranças de

outras ocupações. Desses espaços surgiram as primeiras sugestões e a decisão final se deu por dois aspectos principais.

Um deles tem a ver com a questão de gênero, já que a ocupação, desde o início, tem as mulheres como principais articuladoras internas, e buscar representar isso referenciando o nome da ocupação a uma histórica liderança feminina pareceu importante. Nesse sentido, a pauta também se alinha ao MSTB, onde encontra grande espaço dentro das ações do Movimento. Como exemplo, podemos citar o coletivo Guerreiras Sem Teto, onde mulheres se organizam buscando enfrentar os diversos conflitos no cotidiano da luta, com destaque ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Outro aspecto está situado na questão racial, decidir pelo nome de Dandara, uma mulher negra, guerreira e exímia capoeirista, reconhecida como um dos principais nomes da luta contra o regime escravocrata brasileiro e esposa de Zumbi dos Palmares, situa uma memória que a luta da ocupação procura ecoar. Nesse mesmo sentido, a adição do termo “Quilombo” adensa o significado que o nome Guerreira Dandara carrega. Amplia não só para a figura de liderança, mas para um espaço de resistência, uma lembrança da luta contra o colonialismo e que inspira a luta da ocupação contra a colonialidade. Sol afirma que a escolha também é por reconhecer que a violência de não haver moradia e acesso à terra para todos, excluindo principalmente a população negra, representa uma herança de país escravocrata e, como foram, seguem sendo os quilombos espaços que constroem resistência contra esse legado.

Nesse sentido a ocupação se conforma não só como um lugar remanescente de um período histórico específico, mas como um imaginário de futuro possível. Ideia que podemos aproximar da contribuição de Abdias Nascimento quando escreve acerca dos Quilombos:

O quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso que facilitava sua defesa e sua organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organizações permitidas ou toleradas, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo.

Objetivamente, essa rede de associações foram e são quilombos legalizados pela sociedade dominantes; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. Porém, tanto os permitidos quanto os ilegais formam uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta práxis afro-brasileira, eu denomino de quilombismo (NASCIMENTO, 2002).

Desde seu nome a ocupação carrega um reconhecimento de que aquele território é um território preto e sua luta por moradia se constitui a partir disso. Aliado a isso, o nome não carrega apenas memórias que inspiram a luta, mas também os saberes e práticas que anseiam constituir a vida a partir de paradigmas diferentes do que sustentam o sistema capitalista.

Foi a partir desse território que, junto aos moradores, construímos uma relação de assessoria técnica que teve em sua trajetória quatro focos de trabalho, cada um deles mobilizando diferentes agentes e saberes. Inicialmente foi feita a aplicação de um censo, onde de forma bastante simples e direta conseguimos elaborar um cadastro inicial das famílias que moravam na ocupação na data de referência. Posteriormente se iniciou um trabalho de cartografias que teve como objetivo o reconhecimento da espacialidade e das relações internas e externas

à ocupação, chegando por fim a um nível de espacializar propostas de atividades desejadas pelos moradores. Também foi realizado um mutirão para construção de uma Bacia de Evapotranspiração - BET, que consiste em um sistema de baixo impacto ambiental para tratar águas servidas. Por último, mobilizamos a construção de brinquedos a partir de pneus e bambus, atividades que tiveram caráter de sensibilização para novas construções e consertos contínuos de brinquedos para um futuro parquinho na ocupação.

4.2 Metodologias: virtude dos processos à luz do trabalho em redes

O trabalho de Assessoria que desenvolvemos se alicerçou na aprendizagem por meio das trocas, partindo dos conceitos de Paulo Freire (2007), sobretudo da educação como ato libertador e ferramenta de transformação social, na qual o sujeito se humaniza ao conseguir refletir, reconhecer as relações de opressão e injustiças e, assim, reivindicar seus direitos. As atividades que sugerimos tiveram caráter formativo, tendo ocorrido, em sua maioria, como oficinas e rodas de conversa nas quais todos eram convidados a compartilhar seu saber. Nós acreditamos que essa relação entre a educação popular e a universidade contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que os oprimidos possuem as ferramentas necessárias para lutar pela transformação social.

Ao empenhar-se ao longo de sua jornada pela formação de sujeitos livres (quanto ao próprio pensamento e livre de manipulações), Freire (1997) afirma ser a práxis a fonte maior pela superação da contradição opressor-oprimido, sendo ela a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Ou seja, os indivíduos precisam da compreensão crítica do mundo à sua volta, conseguir refletir sobre e, a partir disso, poder transformar-se e transformar seu contexto social, é a ação-reflexão. Por isso, a práxis pedagógica nos norteou em nossas ações em conjunto com o Quilombo Guerreira Dandara e o próprio MSTB.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada pela sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis (FREIRE, 1987, p.108).

Como meio de realizar a assessoria somada a pesquisa qualitativa intervencionista in-loco, nos apoiamos em duas metodologias principais. A primeira foi o método cartográfico (DELEUZE E GUATTARI), principalmente no que diz respeito aos rizomas, ou trabalho em redes. A segunda foi a pesquisa-ação (THIOLLENT), auxiliando a investigação e análise crítica das subjetividades dos processos de assessoria no território e no solucionamento de problemas e questões. Nossa atuação e investigação se constituíram envolvendo ação, conhecimento e transformação, um trabalho de micropolítica atuante em diferentes escalas, sem que se separe sujeito do objeto e sobretudo elucidando a valorização dos processos. Ambas metodologias assumem posicionamento intervencionista e não neutro, pois pesquisar é intervir e não há neutralidade do pesquisador frente ao universo pesquisado e sobretudo do universo pesquisado frente ao pesquisador, um processo de coprodução mútua e simultânea (SOUZA; FRANCISCO, 2016, p 734 - 743).

Pelo rizoma, trabalhamos com a ideia de sistemas complexos de rede entre os atores envolvidos no nosso percurso de assessoria dentro do território, em contínuo arranjo e desarranjo de ligações/participações. Ela propõe outras linhas e outros modos de tecer compreensões acerca das pessoas e do mundo, mapeando paisagens, mergulhando na geografia dos afetos (ROLNIK, 1989), dos movimentos e das intensidades.

Ao convergir esses aspectos, a procura de transbordar os ditos, romper com limites de saberes; instigar multiplicidades de pensamentos num conjunto de linhas dispersas e em permanente movimento que podem criar uma cartografia rizomática com os sentidos e afetos que perpassam pelo tema ambiente. Afetos-devires que compõem, decompõem e modifica as relações dos indivíduos “aumentando ou diminuindo sua potência de agir, vindo das partes exteriores ou de suas próprias partes” (DELEUZE e GUATTARI, 1997 apud VASCONCELOS, 2016, p.9).

Já a pesquisa-ação é uma pesquisa social implicada na resolução de problemas coletivos de modo cooperativo ou participativo (THIOLENT, 1986), com o objetivo de possibilitar aos envolvidos meios de conseguirem responder aos problemas vivenciados com autonomia. Essa metodologia se desenvolve em uma espiral contínua de reflexão e ação que faz com que seja possível uma melhor avaliação e compreensão dos processos envolvidos. Segundo Thiollent, a pesquisa-ação é necessariamente participativa, mas se diferencia da pesquisa participante convencional por ter preocupação central com a relação investigação-ação dentro da situação que se está inserida (THIOLENT, 1987). Ou seja, ela tem por definição ser uma pesquisa social implicada na resolução de problemas coletivos no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLENT, 1987).

Nosso trabalho de assessoria teve como diretriz clara o respeito a todos os participantes. A escolha conjunta de adotar um formato de atuação híbrido - virtual e presencial, nos fez questionar o quão mais humanizada e mobilizadora poderíamos fazê-la. Assim, nos dedicamos também às metodologias integrativas, como organização em roda, espaços de café e brincadeiras, assim como uma comunicação que acessasse o maior número de assessorados. Por estudarmos a ocupação e sabermos que uma grande parte de pessoas não eram letradas, sempre nos comunicamos por áudios e procuramos reuniões presenciais e dando prioridade a materiais educativos ilustrados.

Acreditamos que é lidando coletiva e democraticamente com as problemáticas que o grupo sócio-espacial, junto da assessoria técnica, conseguiremos alcançar o senso de coletividade e deste modo a mobilização comunitária. O grupo sócio-espacial é um agente político, que opera não só com um espaço dado, mas também contra esse espaço - instituindo, portanto, alguma ideia de autonomia. As assessorias, por sua vez, devem fomentar a formação dessa autonomia, dando mais importância às decisões tomadas coletivamente (KAPP, 2018).

As premissas metodológicas percorridas implicaram a participação dos pesquisadores, moradores e demais agentes na busca de intervenção nas situações investigadas, com propósito de transformação social e emancipação das partes envolvidas. Por conseguinte, a ação-investigação feita foi sobre a geração de conhecimento, guiando o desenvolvimento de nosso trabalho. Acreditamos na potência de espaços de educação criados a partir dessas conexões, principalmente pela perspectiva da educação popular baseada no profundo respeito pelo saber local que trazem os setores populares em sua

prática cotidiana (Gadotti, 2012). Estes procedimentos foram utilizados para oportunizar a autonomia do grupo assessorado, através das trocas de conhecimento e redes afetivas geradas. Todos os resultados da pesquisa foram apresentados como devolutiva ao território trabalhado, tido como ato de respeito e cuidado com os envolvidos e os laços gerados no processo de pesquisa e assessoria.

5. O Quilombo, NÓ(S) e a UFBA

A nossa conexão entre moradores e lideranças do movimento, assim como com os demais grupos de assessoria que compartilharam conosco suas atuações no território, foi se fortalecendo conforme estreitamos os afetos entre cada pessoa. Japiassú e Marcondes (2006), no dicionário básico de filosofia, reúnem algumas definições sobre a palavra afeto, entre estas estão: do verbo afetar, comover, perturbar; afetar significa exercer uma ação sobre alguma coisa ou sobre alguém. Nesse sentido, foi perceptível o quanto as atividades propostas por nós foram recebendo engajamento conforme avançávamos no trabalho e compartilhávamos mais momentos coletivamente. Isso também porque “nada aumenta mais a potência de agir de uma pessoa do que um encontro que amplie a capacidade de ser afetada e afetar os corpos exteriores de muitas maneiras.” (SPINOZA, 2009, p. 182).

Finalizamos o ciclo com a RAU+E no mês de abril de 2022. A partir desse momento reiteramos os acordos que fizemos com os moradores de que tínhamos a intenção de uma assessoria continuada, entendendo que o tempo do campo é diferente do tempo da universidade e, dado o final do ciclo da residência, desse ponto em diante seguimos com uma assessoria mais independente da universidade. Essa atuação ao mesmo tempo que expressa uma continuidade dos trabalhos iniciados na RAU+E também se abre para perspectivas que buscam tornar a nossa atuação enquanto assessores profissionalmente viável.

Desde então, temos atuado como apoiadores e mediadores das questões que têm atravessado o Quilombo quando são apresentadas a nós pelos moradores. Como exemplo, podemos citar um processo de reintegração de posse, a articulação com outros parceiros e grupos de assessoria e a integração com atividades de caráter extensionista na Faculdade de Arquitetura da UFBA. Nesse sentido, cabe aqui apontar como temos conseguido contribuir nesses temas. Com relação ao processo de reintegração de posse, que teve início ainda no primeiro semestre de 2022, temos acompanhado as audiências online e presencialmente mantendo contato direto com os advogados - do MSTB e da UNEB - para contribuir na construção da defesa da ocupação. Através do contato com os advogados temos disponibilizado todo o material requerido com referência aos dados urbanísticos e demográficos que surgiram como produtos do nosso trabalho. Além disso, é importante o destaque de que, ademais dos dados que subsidiam os argumentos dos advogados, o trabalho também contribui essencialmente na exposição das diversas atividades realizadas durante esse ano de atuação na ocupação. A visibilidade dada principalmente através dos vídeos e do material gráfico produzido nos momentos de mutirão, organização interna e festas, contribui com o argumento de que a presença dos moradores faz cumprir a função social do terreno anteriormente abandonado.

Já no que tange a proximidade com a universidade se desdobrou em participações em disciplinas da grade curricular da graduação, cada um com propostas e interações de diferentes níveis, todas propostas por intermédio dos

nossos professores orientadores durante a RAU+E. O primeiro contato ocorreu ainda no primeiro semestre de 2022, tendo sido feito pela professora Thaís Rosa para uma participação pontual nas duas turmas da disciplina de “Estudos Sociais Ambientais”. A turma era composta por estudantes do primeiro e segundo período e com eles realizamos uma roda de conversa a partir da apresentação do trabalho realizado junto à ocupação. Além de nós, também estiveram participando da roda Lais (moradora da ocupação) e Juliana (coordenadora do MSTB). Ambas compartilhando suas experiências na luta por moradia e com trabalhos de assessoria técnica que já participaram.

Posteriormente, já no segundo semestre de 2022, recebemos o convite da professora Akemi Tahara (avaliadora interna em nossa banca na RAU+E) e Daniel Carneiro (orientador do nosso trabalho) para acompanhar a disciplina “Atelier de Projeto 8 - Projeto e construção de baixo impacto ambiental” ministrada por ambos. O contato foi feito ainda em uma etapa de planejamento de curso do qual tivemos a oportunidade de participar e contribuir no dimensionamento da proposta dos professores para as aulas da turma composta por 30 estudantes matriculados já próximos aos últimos períodos da universidade. Atuamos diretamente na interlocução com a comunidade e acompanhamos o desenvolvimento do trabalho dos grupos que se dividiram por temas (abastecimento de água, saneamento, loteamento, espaços coletivos, resíduos sólidos e iluminação). A dinâmica de projeto está em curso e se constitui de intensa troca entre os grupos, com visitas pontuais de integrantes da turma até a ocupação para conversas e levantamentos.

Essa aproximação alimenta ao mesmo tempo dois ciclos: um que trata justamente da formação dos estudantes que compõem a disciplina; e outro característico de ações de extensão, que mantém um fio de produção acadêmica em torno do território. Por vezes essa ação extensionista vem em formato de disciplinas, de projetos de extensão, de cursos abertos à comunidade e, a partir dessa gama de formatos é possível contemplar diferentes camadas de trabalho com objetivos e métodos específicos. Laços com a universidade como esses são espaços importantes para nossa atuação, sobretudo no contexto político-econômico em que estamos. Encaramos tais espaços como pequenas brechas que podem com o tempo se adaptar e possibilitar a concretização de trabalhos mais amplos junto às comunidades.

A roda de conversa para apresentação do nosso trabalho, assim como o contato com estudantes recém ingressados, são também espaços onde temos a oportunidade de sensibilizar os demais participantes com o tema da assessoria e assistência técnica. Isso, considerando a realidade da formação acadêmica exposta anteriormente, é para nós de extrema relevância poder apresentar práticas de ATHIS possíveis e ampliar o debate em torno de ações extensionistas. De outra forma, o contato com estudantes mais próximos da conclusão do curso, em uma dinâmica contínua ao longo de uma disciplina nos revelou uma grande potência. O envolvimento de toda uma turma imersa em temáticas latentes na ocupação, em diálogo direto entre si e com moradores, pôde gerar um grande volume de resultados em um período relativamente curto de tempo. Tais resultados quando bem dirigidos e dimensionados tem o potencial de refletir em melhorias diretas para a ocupação envolvendo outros agentes e buscando recursos, como esperamos após a conclusão da disciplina de Atelier de Projeto 8.

6. Considerações finais: assessoria técnica rizomática - a crença sobre a rede entre a sociedade, academia e grupos organizados pelo direito à cidade

Como descrito em tópicos acima, o trabalho em ATHIS vem tentando se consolidar como serviço público há alguns anos, mesmo assim seguimos com diversos entraves e lacunas da chegada desse serviço como público e essencial às famílias de baixa renda. Isso acontece não só socialmente, mas também dentro da própria profissão de arquitetura e urbanismo, que segue no fetiche do arquiteto autoral de grande prestígio e distanciamento à criticidade frente a um trabalho mais social. Porém, voltemos às bases educacionais destes profissionais: apesar do reconhecido esforço de algumas universidades, sobretudo as públicas, ainda caminhamos em um déficit de formação e popularização das discussões em torno da Assistência e Assessoria Técnica dentro da academia. Isso não só em Arquitetura e Urbanismo, mas na formação dos diferentes profissionais que englobam essa área.

Entretanto, temos avanços significativos principalmente nas experiências de extensões universitárias e escritórios modelo e residências acadêmicas, que têm respondido como boas (mas não suficientes) soluções para preencher essa lacuna de formação dos estudantes nesse campo. Tais espaços arriscam-se a auxiliar na destituição desse modelo universal prefigurado pelo arquiteto personagem das revistas especializadas (LOPES, 2018) e aproximam a academia à sociedade. Mudanças no ensino e aproximação dos arquitetos da realidade poderiam possibilitar a construção de soluções diversas, nas quais a assistência técnica demonstraria sua utilidade, e dessa forma, se poderia mudar a visão da população em relação ao trabalho dos arquitetos e urbanistas (CARDOSO; LOPES, 2019, p.13).

Nossa formação em assessoria técnica foi feita dentro de uma iniciativa concreta na área de ensino. A Residência AU+E da Universidade Federal da Bahia oferece um curso de Especialização Lato-Sensu gratuito e potente, engajando ainda mais o trabalho entre as instâncias da academia e sociedade. Se posiciona como formação engrandecedora e comprometida com a disseminação do conhecimento em diálogo com a sociedade civil e movimentos sociais, promovendo a incidência em políticas públicas que fortalecem a democracia, reduzem as desigualdades sociais e fomentam as pautas do direito à cidade. Por participarmos da 4ª Edição, cuja aconteceu em um tempo pandêmico, passamos por tantas dificuldades e desdobramentos, ainda sim houve uma imensa dedicação em construir esse espaço formativo, dimensionando a importância da assessoria técnica como serviço essencial, sobretudo em tempos de crise.

Outrossim, a assessoria representa enormes ganhos no que se refere à aproximação com os movimentos sociais e grupos organizados. Em seu trabalho participativo colaborativo, a transdisciplinaridade envolvida nessa conexão têm construído um acervo grandioso de soluções criativas quanto aos aspectos técnicos e projetuais. Isso fez os profissionais se aproximarem dialogicamente da população de baixa renda e da realidade e problemas sociais do país, atendendo as necessidades da população que menos têm acesso ao profissional de arquitetura e urbanismo.

Portanto, quando tratamos de assessoria, estamos falando em uma constante construção, e ainda nebulosa quanto seus parâmetros e diretrizes de atuação profissional. Porém é entendido que a concepção desta prática não conseguirá se erguer se a tratarmos em seminários acadêmicos a portas fechadas, ou em

grupos seletos de - apenas - arquitetos e urbanistas. Assessoria técnica em arquitetura e urbanismo e planejamento é uma obra coletiva, uma luta de todos que ela abarca pela conquista de uma vida de maior qualidade e mais digna.

Referências

ARRUDA, Guilherme Ferreira de. **Pedagogia sócio-espacial para democracia radical [manuscrito]** : uma experiência mediada por interfaces em Glaura. Tese de Doutorado. UFMG, Escola de Arquitetura. 2021.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

BRASIL. LEI DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008 Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=258240>

Brasília: MEC, 2018. BRASIL. **Resolução CNE/CES 7/2018** - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. MEC: Brasília - DF, 2018.

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. **Assessoria Técnica com interfaces**. In: IV ENANPARQ, 2016, Porto Alegre. IV ENANPARQ: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Estado da arte. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2016. v. 1.

CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos de Almeida. **Assistência e assessoria técnica**: Entre o discurso e a prática. Anais XVIII ENANPUR 2019. 2019.

DEMARTINI, Juliana. **Assessoria Técnica Continuada**: desafios e possibilidades para a implementação de um programa público para as expressões do morar. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ESTATUTO DA CIDADE LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/LEIS_2001/L10257.htm

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ILLICH, Ivan. **Needs**. Manuscrito inédito. Bremen, 1990.

KAPP, Silke. “Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, 2018, pp. 221–236.

LEFEBVRE, Henri. “From the social pact to the contract of citizenship” [1990]. In: ELDEN, S.; LEBAS, E.; KPFMAN, E. (Eds.). Henri Lefebvre – Key writings. London/New York: Continuum, 2003.

LOPES, João Marcos de Almeida. Nós, os arquitetos dos sem-teto. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 237-253, 2018.

NATIVIDADE, Priscila. 2021. “Estudo aponta Cassange como o bairro de Salvador com maior risco para covid-19”. **Correio 24 Horas**, 6 de setembro de

2021. <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/estudo-aponta-cassange-como-o-bairro-de-salvador-com-maior-risco-para-covid-19/>. Acesso em: 02/03/2022.

SILVA, Cleiton Ferreira da. Estratégias, conquistas e permanências do MLB nos núcleos da RMR: mecanismos de transformação ou de intermediação com o Estado?. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, V.6 , N.2, 2017 (39-56).

SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO – SNHIS / FNHIS LEI Nº 11.124, DE 16 DE JUNHO DE 2005 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm

SOUZA, Severino, FRANCISCO, Ana. O Método da Cartografia em Pesquisa Qualitativa: Estabelecendo Princípios... Desenhando Caminhos... . Atas CIAIQ2016. **Investigação Qualitativa em Saúde//Investigación Cualitativa en Salud**. Volume 2. 2016, p 734 - 743

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**: Transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

THIOLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

THIOLENT, Michel. “Notas para o debate sobre pesquisa-ação”. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹ Segundo Souza (2009, p. 24) “sócio-espacial”, com hífen, diz respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (abrangendo, diretamente, a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade)”. Logo, um grupo sócio-espacial é :“um grupo de pessoas que se relacionam entre si num espaço, sendo esse espaço constitutivo do grupo e, inversamente, constituído por ele”. (KAPP, 2018, p. 223.)

² O programa Minha Casa Minha Vida - Entidades teve como objetivo atender às necessidades de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas. O programa concedeu financiamento diretamente aos beneficiários (Pessoa Física) ou a Entidade Organizadora (Pessoa Jurídica), que reúne os beneficiários, utilizando recursos provenientes do Orçamento Geral da União — OGU, depositados no Fundo de Desenvolvimento Social — FDS.

³ Como exemplo: Proposta enviada em carta para os conselheiros de 2018 do CAU/SP propondo alguns pontos fundamentais para a implementação de ações de assistência técnica que seriam patrocinadas com recursos do conselho; A garantia de 2% da receita do CAU para ATHIS, possibilitando ampliar o debate através de novas propostas; Ações estabelecidas pela CODHAB (Companhia Habitacional do Distrito Federal) através do programa ‘Habita Brasília’; Manual para implantação da ATHIS, desenvolvido pelo IAB; Plano Estratégico com objetivo de incentivar as práticas em ATHIS, a partir de iniciativa do CAU/SC.

⁴ Empresas como ‘Nova Vivenda’, ‘Inova Urbis’ e ‘Ecolar’ são exemplos de práticas “negociais” no campo de ATHIS.

⁵ Nesse sentido, Silke Kapp ressalta a diferença entre as relações assessoria/movimento das de cliente/arquiteto existentes numa situação convencional, onde um profissional desenvolve e executa o projeto de determinada residência. O conceito moderno de cliente designa alguém que estaria em condições de igualdade estrutural com o provedor do serviço, e os grupos atendidos pelas assessorias (movimentos de sem-teto e sem-terra, cooperativas, assentamentos urbanos ou ocupações organizadas) não se encaixam nessa definição. Sendo assim, as assessorias precisariam ultrapassar essa noção (KAPP, 2018).

⁶ Os Escritórios Modelo são projetos de extensão a partir de iniciativa estudantil fomentada pela Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA), buscam cumprir a tarefa de pôr em prática a tríade Ensino- Pesquisa-Extensão nas Universidades através da assessoria a comunidades organizadas e em situação de vulnerabilidade política, econômica e social.

⁷ O formato de Residência Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo, constitui uma proposta de pós-graduação que envolve diversos níveis de formação profissional, diferentes instâncias sociais, além de fomentar a promoção da interiorização de profissionais no campo da assistência e assessoria técnica. A partir de ações extensionistas nas periferias e pequenos municípios, se apresenta como meio de incrementar o direito à moradia digna, com base na Lei Federal Nº 10.257/2001, do Estatuto da Cidade e na Lei Federal Nº 11.888/2008, de Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social.

⁸ O Mobiliza RAUE foi um grupo idealizado por pós-graduandos e por professores da 4ª edição da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da UFBA. O grupo atuou elaborando ações para mitigar os impactos da COVID-19 em territórios populares da Região Metropolitana de Salvador-BA. Uma das ações propostas foram lavatórios com acionamento por pedal denominados Pontos Comunitários de Higiene, ao todo foram instalados 19 pontos em 15 localidades diferentes.

⁹ Durante nosso trabalho foi feita a produção de um vídeo que conta a história da ocupação pelos moradores. O material pode ser acessado em:
www.youtube.com/watch?v=t4AZDY6u0fw.